

TEXTO 2

ELEIÇÕES 2014 E O “GIGANTE ATORDOADO”: ou quem tem medo de partido?

Vinícius Teixeira Santos *

As manifestações de junho de 2013 geraram muitas expectativas em relação às possibilidades de mudanças mais progressistas para a população e muita empolgação de uma juventude que se orgulhava em dizer “o gigante acordou”, ou que “jogaram mentos na coca-cola”. Orgulhavam-se em anunciar que as manifestações não esposavam nenhuma bandeira partidária e, no limite, com agressões e tentativas de expulsar as pessoas de partidos das manifestações.

Além das ruas, participei de debates e escrevi nas redes sociais as mesmas ideias centrais que organizam este pequeno texto; sobretudo, observei como as trabalhadoras e os trabalhadores mais humildes olhavam e interpretavam aquelas gigantescas movimentações. A maioria absoluta das pessoas que são mais exploradas e vivem as agruras de transportes públicos deficitários não foram conquistadas para a causa das manifestações. Apesar de dizerem que “o preço das passagens estava muito alto”, queriam chegar aos seus trabalhos, não se dispunham a engrossar as fileiras das manifestações. No fundo, a maioria não foi seduzida.

As manifestações repetiram em outra escala o que os partidos sofrem: pouca participação ativa. E o pior, a sensação generalizada que o movimento foi um fracasso é dominante – *o que gera mais ainda imobilismos diversos*. E o que se assistiu por aí foi juntamente trabalhadores voltando “a normalidade cotidiana” reclamando de tudo e ainda dizendo que “não adiantou nada”. E o mais emblemático: nos inícios das manifestações duas lideranças do movimento passe

* Historiador, Professor do IFF (Instituto Federal Fluminense), campus Cabo Frio. E-mail: vinius@hotmail.com

livre participaram do programa Roda Vida e se saíram muito bem, responderam de forma ativa os questionamentos. Quando foram anunciar que iriam se retirar das manifestações, suas expressões de leveza deram lugar a expressões de tensão e abatimento. Estive na Avenida Paulista no dia da consciência negra. Foi possível ver os movimentos “afros”, movimentos dos “sem-teto”, pelo menos quatro partidos de esquerda, nenhum de direita; pelo visto o gigante parecia atordoado. Talvez o efeito energético do “mentos na coca-cola” perdeu grande parte dos seu poder porque, em uma gama de temáticas – como a dos transportes, mobilidade urbana, educação, saúde, reforma agrária, auditoria da dívida, solidarização com as lutas populares das gentes do mundo, entre outros – lá estão as bandeiras dos partidos de esquerda. A esperança que nutre as lutas é que o gigante acorde do “sono de Odin”, com disposição e forças progressistas, porque o “Abaçaí conservador” não está mais apenas à espreita.

Passadas as eleições de 2014, outras perspectivas foram agregadas, mas, decerto, foi oportuno observar com muitas ressalvas a ideia de que o movimento se dizia apartidário. *A quem interessa este apartidarismo?*

No calor dos acontecimentos recorri à imagem do ciclo da Revolução Francesa das próprias revoluções burguesas do século XIX e como elas eram pedagógicas para evitar determinadas armadilhas que pareciam aprendidas. Na derrubada do absolutismo francês as movimentações nas ruas foram exemplares. Abatido o adversário comum do Terceiro Estado, chegava o momento de organizar a estrutura jurídica, administrativa e política do “novo” estado na França e o que seguiu foi uma torrente conservadora, excludente e violenta contra os interesses das classes populares. Foi a “primavera” dos povos no século XIX que a percepção de que não bastava mobilizar, mas fundamental se organizar em torno de um projeto político claro e objetivo. Aqueles anos emocionantes em seus contextos dramáticos e esperançosos começaram a ganhar forma através da fundação de partidos políticos mais autônomos em relação aos interesses das classes dominantes. As arenas da política representativa precisavam ser ocupadas pela

classe trabalhadora. O sonho socialista se projetava em um espaço monopolizado por grupos que “ignoravam” a plebe. Dali em diante nenhum governante poderia ignorar completamente as multidões.

E que estes eventos passados no dizem hoje? Vivemos uma crise partidária? Os partidos precisam se reinventar?

Depende da perspectiva, e acredito que dois eixos não excludentes entre si ajudam a compreender a questão central: *os partidos políticos são necessários ou não?*

De certa maneira, a constituição formal de agremiações partidárias nunca foi protagonista em nossas democracias representativas, constituindo-se em meras formalidades para participação em pleitos eleitorais. Nem mesmo o partido dos chefes do executivo tem protagonismo de fato. Basta olhar em que momentos os congressos partidários das agremiações debateram e construíram projetos de sociedade e plataformas de governo e conseguiram emplacar e dirigir os executivos nacionais. Olhemos os dois partidos que polarizam o executivo federal nas duas últimas décadas. Não temos notícias que os presidentes consultaram as bases e construíram propostas administrativas a partir dos debates internos dos dois partidos. O que existe de fato são formas de gerenciar o país e as agremiações partidárias vão a reboque das discussões. Dito de outra forma: nem o PSDB nem o PT foram protagonistas dos governos em que a presidência da República foi governada por pessoas filiadas a seus partidos. Neste, sentido, não há propriamente uma crise de partidos, mas essa forma de atuação partidária constitui a expressão do nosso modelo de representação.

Nossos parlamentares não votam (pelo menos a maioria) em função de temáticas que atendam ou não projetos societários mais conscientes de uma plataforma de governo calcada em um programa partidário assumido até as últimas consequências, mas atuam em bloco em articulações que dependem da ocasião e

não da matéria em foco. Por isso, oposição virou sinônimo de todos aqueles que estão fora da coalizão partidária que participa do poder e não porque os projetos são opostos. Desta maneira, são transformados pela grande mídia, por exemplo, em oposição cinzenta – todos que não fazem parte do governo da presidenta Dilma. Como consequência, afirma-se nas representações da sociedade que os partidos são todos iguais. Daí a ideia dominante, marota e necessária à reprodução de que vivemos em crise partidária e que os partidos precisam se reinventar. Talvez, o que é mais necessário na contemporaneidade é a reinvenção da política. Mas, afinal, quais partidos precisam se renovar e em qual direção? Não nos iludamos, os partidos com vínculos incestuosos com o grande capital também acreditam que precisam se reinventar, mas apenas para capitalizar mais votos ou sobreviver, e não para uma sociedade mais justa. Não esperaria outra coisa de seus representantes.

A segunda questão é mais direta a algo que parece ultrapassado: partidos políticos. A esquerda (é, eu ainda acredito) precisa se assumir como tal, sem receios, medos e vacilações, numa linguagem que cosiga falar aos corações, mentes e afetos da classe trabalhadora. Nesse sentido, reinventar-se é uma necessidade não eleitoral e nem apenas de captar as demandas da sociedade para uma futura barganha em busca de votos. Mas, sobretudo, a reinvenção da esquerda perpassa em ser mais pedagógica em seus discursos, ações e propostas alternativas, porque não existe apenas pureza nas demandas populares. Lá também existe preconceito racial, sexismo, instrumentalização e mercantilização das relações, inclusive cimentadas por uma argamassa religiosa ou de pensamento mágico. Dois exemplos provocativos: as “possessões demoníacas” optaram pelas classes populares e as “regressões a vidas passadas” transformam a classe média em princesas, reis e nobres. São faces da condição social que transfere para o além as agruras do mundo concreto.

De fato, onde quero chegar com essas limitadas reflexões e como elas se articulam com as eleições de 2014?

Teria sido muito interessante ver Mauro Iasi ou Luciana Genro como chefes do executivo nacional (mas, sem esperar que a revolução fosse concretizada com a mera ocupação do aparato político do estado e nem era a proposta de ambos), mas nunca acreditei nessa possibilidade não pela ausência de capacidade que possuem ou pelo fatalismo em relação ao pleito burguês. Marx não era utópico; não possuía ilusões sobre a realidade concreta da luta política e sabia muito bem que o embate político não se vence apenas com pensamento positivo estruturado sobre um conjunto de ideais a serem alcançados. Tinha a plena convicção que aqueles que monopolizam o poder não aceitam passivamente a entrega da esfera política, e, por isso, pensava em revolução e não na conquista simples do parlamento – muito menos em sua dominação política –, pois, sem as bases populares, seria insuficiente e inócuo.

Onde começaram as derrotas eleitorais da esquerda? Talvez, de forma pedagógica mas pouco apreendida ainda, a lição das manifestações de junho do ano passado possa ser aqui utilizada. O grande capital não precisa de partidos políticos para se organizar, pois possui o domínio dos meios de comunicação, da economia e mesmo da arena onde ocorrem debates e projeções (*senhoras e senhores, lembrai-vos do pseudo caçador de Alagoas em 1989!*). Por isso, aquele mantra de que o movimento das manifestações era apartidário foi um achado para os interesses nada republicanos. Quem mais se beneficiou foram nossas elites (econômicas, financeiras, culturais etc.) que podem prescindir de partidos ou mesmo do “palco democrático” para manter sua ditadura permanente: a do capital.

Com efeito, as manifestações mobilizaram, mas não organizaram os seus ideais de forma profícua. No exato momento que as manifestações possuíam demandas que só encontravam respaldo na esquerda (e em seus partidos), estes foram jogados na vala cinzenta do “tudo igual”. O “Fora Partidos!” permitiu que a direita conduzisse os debates e condenasse toda forma de fazer política. Quando o grande movimento

que tomou conta do país poderia implicar em consequências nas urnas de forma mais substantiva, já havíamos perdido a energia do ano passado. Quando o movimento aceitou a “apartidarização” indistinta e não seletiva, ele perdeu a possibilidade real de mostrar lideranças alternativas e projetá-la, inclusive, midiaticamente.

Não tem jeito para enfrentar o capital sem apoio popular. Porque, inclusive chegando ao poder político do aparato de estado, alguma reforma para ser feita contra os interesses hegemônicos precisa de apoio popular de fato e não presumido. E não nos iludamos com as redes sociais. Acesso regular à internet no Brasil não chega a 45% do total. Mesmo destes que têm acesso, quem lê, entende, avalia e organiza tanta informação recebida? Como o acesso às redes sociais por estas pessoas se articula com os interesses materiais na hora do voto?

O pleito eleitoral continua via partidos políticos; então, uma das tarefas urgentes dos partidos da esquerda não é produzir slogans às vésperas de campanha e sim se fazer compreender pelo “povão” – que é quem mais sofre com as políticas nefastas há mais de “500 anos na terra brasilis”, e geralmente é subjugado em sua forma de pensar e agir. Pois, o que se mostra no horizonte é um regresso ainda mais conservador. Se alguns candidatos e lideranças têm a desfaçatez de afirmar ideias preconceituosas e absurdamente perversas (nem merecem ser citados) é porque existe uma massa que os apoia. Se ninguém ficasse seduzido, por exemplo, com a “teologia da prosperidade”, os charlatões da religião não se sustentariam.

Mais do que em outras eleições, os partidos de esquerda foram desarmados para este pleito. E ainda, mais uma vez, divididos em menos de um minuto cada – juntos poderiam ter 3 minutos! O segundo maior tempo de exposição foi de pouco mais de quatro minutos e o terceiro cerca de dois minutos.

Então, são muitos desafios que os partidos da esquerda têm pela frente. O barulho das reivindicações foi fundamental para algumas conquistas. Mas, ainda assim, dependerá da forma representativa dos partidos políticos, pois para ocupar parlamentos e os executivos precisa de filiação partidária e não da filiação sindical, de movimentos sociais diversos. Para não deixar dúvidas, não estou secundarizando as mobilizações, mas apenas apontando que a reforma necessária estrutural é a política e não a partidária. Claro, mas *reforma política em qual direção e a favor de quais interesses?* Estas indagações constituem outra longa e importante discussão, mas, por ora, indicamos um exemplo emblemático: se Tiririca (PR-SP) elegeu de forma indireta outros deputados, no Rio de Janeiro tivemos caso semelhante com partido de esquerda. E por outro lado, continuamos a ter presidentes eleitos com a minoria dos votos do colégio eleitoral, possibilitada pela jabuticaba brasileira: “votos válidos”.

Torna-se necessário não uma reforma generalista da política e dos partidos. O fundamental é uma formatação política e social que possibilite o protagonismo das classes populares na direção do país. Está posto o desafio.